Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR

Data: 24/09/18 -Horário: 18h45
Local: Casa do Idoso Norte – Santana

Abertura: Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de 2018, o Sr. **Rodolfo Marcos Venâncio**, representando ao Sr. Secretário Marcelo Manara, deu início a audiência pública (horário não informado) – **Rodolfo Venâncio:** Meu nome é Rodolfo, sou engenheiro da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, primeiramente queria agradecer a presença aqui do Dr. Jairo Salvador da Defensoria Pública, Sr. Jairo muito obrigado por comparecimento e também da Sra. Ângela Aparecida da Silva conselheira membro do Conselho gestor do plano diretor. O objetivo da nossa audiência aqui hoje nós teremos mais uma audiência amanhã na Vista Verde, na quarta-feira em São Francisco Xavier, e na quinta na Casa do Idoso do Centro concluindo aí um ciclo de 08 (oito) audiências é fechando os trabalhos relacionados ao projeto de lei do nosso plano diretor essa nossa audiência que hoje ela foi regulamentada pelo decreto: 17.954 de 31 de dezembro de 2018, que ficou definido no seu artigo 1° (primeiro), fica regulamentada a realização da audiência pública referente a discussão do projeto de lei do plano diretor de desenvolvimento integrado do Município de São José dos Campos por meio deste decreto, artigo 2° (segundo) é considerado audiência a reunião agendada pela prefeitura cuja realização permita a participação de qualquer cidadão, tendo como objetivos seu inciso 1° (primeiro) apresentar à sociedade as propostas do projeto de lei do plano diretor desenvolvimento integrado do município em seu inciso 2° (segundo) propiciar a participação popular com a colheita de subsídios e contribuições atinentes ao tema. Artigo 3° (terceiro) a convocação e a divulgação da data horário e locais das audiências públicas, serão feitas com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência em pelo menos dois órgãos da imprensa local e por meio do endereço eletrônico planodiretor.sjc.sp.gov.br e seu parágrafo único ficou definido as audiências públicas serão realizadas em locais adequados que disponham de infraestrutura, facilidade de acesso, e segurança. Artigo 4° (quarto) audiência pública será dividida e realizada em 5 (cinco) etapas, descritas a seguir. A 1° (primeira) etapa abertura realizada pelo secretário de urbanismo e sustentabilidade ou seu representante com duração máxima de 10 (dez) minutos. A 2° (segunda) etapa, apresentação do projeto de lei do plano diretor de desenvolvimento integrado do município pelo secretário de urbanismo e sustentabilidade, ou seu representante conforme disposto no artigo segundo desse decreto com duração máxima de 40 (quarenta) minutos. A 3° (terceira) etapa teremos a manifestação da população presente com duração máxima de 3 (três) minutos para cada cidadão que solicite fazer o uso da palavra, na 4° (quarta) etapa comentários por parte dos técnicos do município com duração máxima de 20 (vinte) minutos, e na 5° (quinta) etapa comentários encerramento pelo secretário de urbanismo e sustentabilidade ou seu representante com duração máxima de 5 (cinco) minutos, no parágrafo 1° primeiro ficou definido que o cidadão se quiser ele se manifestar de acordo com o disposto no inciso 3° (terceiro) deste, desse artigo deverão se inscrever durante os primeiros 60 (sessenta) minutos a contar do início da audiência. No parágrafo 2° (segundo) para as manifestações os cidadãos e será obedecida a ordem de inscrição sendo que cada um terá, terá direito apenas uma única manifestação, no parágrafo 3° (terceiro) o tempo total do conjunto das manifestações mencionadas no inciso 3° (terceiro) deste artigo, não poderá exceder a 120 (cento e vinte) minutos, parágrafo 4° (quarto) ficam proibidos o uso de apitos ou outros instrumentos acústicos e quaisquer manifestações verbais que contribuem as discussões na audiência pública, artigo 5° (quinto) todas as falas e manifestações ocorridas na audiência pública, serão registradas por escrito e gravadas para futuros acesso de divulgação e controle público, no artigo 6° (sexto) os participantes da audiência pública devem registrar sua presença em lista, no artigo 7° (sétimo) este decreto entra em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário São José dos Campos 31 de agosto de 2018, então, a partir desse

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

momento quem tiver interesse em fazer a sua participação na sua manifestação pode se dirigir a mesa ali no fundo para poder fazer a inscrição eu quero alertar a todos o seguinte é o ambiente aqui da casa do Idoso Norte, ele tem um eco muito forte então pedir a contribuição de todos para evitar conversas evitar zum, zum, zum porque atrapalha a fala de quem está aqui na frente e de quem está tentando acompanhar a apresentação. O objetivo dessa nossa audiência é a conclusão do ciclo de 8 (oito) audiência essa é a 5ª (quinta) audiência, para tratar do nosso plano diretor que é, que define a política desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do município, das políticas setoriais e a gestão do território, o nosso plano diretor ele é parte integrante do planejamento municipal, devendo ser observado na composição das demais peças de planejamento do município: APPA, LDO e a LOA, o um dos objetivos do nosso plano diretor à implementação e a revisão realizadas em conjunto pelo município e pela sociedade civil organizada, com a gestão democrática da sociedade, essa nossa, esse nosso encontro aqui, é isso, essa nossa audiência ela vem sendo preparada desde lá 2016, quando a gente teve o início com as oficinas de mobilização, na sequência foram efetuadas, foi efetuada a leitura técnica em setembro de 2017, em seguida foram realizadas oficinas de leitura comunitária em outubro de 2017 para então temos um diagnóstico técnico e comunitário finalizado em 2017, no início de 2018, em abril de 2018 foi estruturada a proposta inicial que foi discutido nos fóruns regionais, a partir de maio, cominando com o fórum final em junho agora de 2018 que permitiu a construção da proposta final no fórum em agosto de 2018, a partir dessa proposta fechada no fórum final foi construída a minuta do projeto de lei será apresentado aqui hoje e nas demais audiências públicas, é importante salientar que paralelamente aos trabalhos realizados no plano diretor foram realizadas 28 (vinte e oito) reuniões com conselho gestor do plano diretor frisando que o conselho gestor do plano diretor não é um conselho constituído exclusivamente por técnicos da prefeitura, ele tem em sua participação dos diversos setores da sociedade das universidades e enfim de toda a sociedade civil joseense; aqui nós temos um balanço do que foi tem sido a construção participativa do nosso plano diretor, foram realizadas 103 (cento e três) reuniões e o total esperado de 112 (cento e doze) reuniões, em 2016 nós tivemos 10 (dez) reuniões do conselho gestor do plano diretor, 3 (três) câmaras técnicas, 16 (dezesseis) reuniões públicas, em 2017 10 (dez) do conselho gestor do plano diretor, 05 (cinco) câmaras técnicas, 06 (seis) reuniões setoriais e 19 (dezenove) reuniões públicas e no ano de 2018 nós tivemos 06 (seis) reuniões do conselho gestor do plano diretor 03 (três) câmaras técnicas, 12 (doze) reuniões setoriais, 02 (dois) conselhos municipais e 11 (onze) fóruns mais 08 (oito) audiência pública teremos concluído às 8 (oito) horas públicas que teremos agora concluindo essa semana e mais 1 (uma) reunião do conselho gestor do plano diretor ao todo nesse balanço dessas reuniões nós tivemos a participação de mais de 2.400 (dois mil e quatrocentos) pessoas, e aqui a gente tem um balanço dos fóruns, nós tivemos 11 (onze) fóruns regionais realizados em todas as regiões da cidade com a participação de 1.231 (um mil e duzentos e trinta um) pessoas, das solicitações que foram efetuadas pelos órgãos foram registrados 1.238 (um mil duzentos e trinta e oito) sendo que destas 889 (oitocentos e oitenta e nove) eram solicitações pertinentes ao plano diretor e as demais solicitações que tratavam de assuntos do funcionamento diário da cidade da prestação dos serviços pelas diversas secretarias da prefeitura foram encaminhados para as respectiva secretarias pra então dar um retorno a cada um dos munícipes para que aquela matéria relacionada ao exercício natural do serviço público pela prefeitura, das 889 (oitocentos e oitenta e nove) solicitações pertinentes, 290 (duzentos e noventa) foram acatadas, aí com índice de 23,4% a 32,6% das pertinentes e 423 (quatrocentos e vinte três) foram parcialmente acatadas com um índice de 34,2% a 47,2% das pertinentes reforçando as solicitações que não eram pertinentes ao plano diretor tiveram o seu encaminhamento à respectiva secretaria para então darem o retorno a quem fez a solicitação, então agora encerrando a 2º (segunda) etapa começamos com a 3 (terceira) etapa em que o engenheiro Osvaldo fará apresentação do projeto de lei. **Oswaldo**: Boa noite a todos, meu nome é Oswaldo, eu sou engenheiro da prefeitura, e o que a gente vai tá passando para vocês aqui é uma síntese do que é o projeto de lei, nós viemos discutindo com a sociedade, todas as reuniões, aí construímos uma proposta

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

transformada no projeto de lei esse projeto de lei, está no site do plano diretor e a gente vai na verdade apresentar os principais pontos que o compõem aqui, bom, primeira coisa um projeto de lei do plano diretor ele precisa ter princípios, porque o plano diretor é o documento que vai determinar as políticas públicas dos próximos 10 (dez) anos da cidade ou seja à partir de todas as políticas que nós colocarmos aqui toda a máquina pública ela vai trabalhar em cima de implementar essas políticas. O plano diretor ele tem um início com seus princípios o quê que norteia esse plano diretor, e aí lá você vai ter o projeto de lei uma série de princípios e lá que a gente está destacando alguns, então a questão da qualificação da terra urbana dela ter uma infraestrutura adequada, e ela ser de pleno acesso à população é um princípio básico funcional e que está no nosso, a proposta do plano diretor os direitos sociais da população, e a função social da propriedade da terra ela não pode ficar vazia ociosa ela pode ser ficar especulando ela tem que ser transformada ou numa moradia ou no comércio ou no serviço e fazer parte da dinâmica da cidade então, é só um princípio do plano de retorno à participação popular e a gestão democrática da cidade ou seja este documento é construído juntamente com todos e tudo, isso na verdade ele reúne um princípio maior que é uma política de um desenvolvimento sustentável e sustentável a gente tem aqui na questão ambiental, a questão econômica do município, a questão econômica dos moradores desse município que eles sejam capazes de se auto sustentar de conquistar as oportunidades, então a sustentabilidade aqui ela é do município mas envolve todos os cidadãos, bom, à partir desses princípios foram estabelecidos alguns objetivos e nós temos então uma série de objetivos que são estratégicos dentro da política do plano diretor eles primam por fomentar das áreas com infraestrutura, então você sabe muitos bairros que têm total tem água, tem esgoto, tem drenagem, tem asfalto, às vezes tem terrenos vazios que precisam ser ocupados, enquanto que tem locais da cidade que são distantes e que não tem toda essa infraestrutura, então ocupar áreas provida de infraestrutura, conter espraiamento da cidade, a cidade está crescendo muito longe e cada vez que a facilidade com que ela acaba indo para lugares muito distantes, essa população muitas vezes fica sem escolas, sem creches, sem posto saúde e tem que se deslocar muito dentro da cidade pra serviço, acesso habitação a gente sabe que moradia é um problema no nosso município é um problema brasileiro e a gente tem que atacar sempre tem que propiciar moradia, o déficit é uma realidade, sempre se está pro fazer moradias para a população, então o gestor ele tem que atacar isso aqui dentro de uma prioridade a regularização fundiária e urbanística, ou seja, aqueles bairros que nasceram de forma espontânea sem regras, sem ser aprovados na Prefeitura, que estão instalados há mais de 30, 20, 10 anos aí já são reconhecidamente existentes no espaço público, é preciso continuar a regularização desses bairros, a proteção da paisagem da cidade, a questão do transporte coletivo, né? A economia como eu falei que é tão importante que todo mundo possa por seu emprego, suas condições sobrevivência dentro da cidade precisa buscar o e a oferecer isso então a gente precisa trabalhar nesse aspecto tudo isso é são diretrizes desse plano. Eu queria destacar a presença aqui também do vereador José Dimas aqui na plenária. Bom, primeira coisa que a gente tem definir numa plano diretor o que é zona urbana o que é zona rural, a zona urbana é aquela área onde você tem aquelas funções, onde estão os bairros, as moradias com seus comércios, serviços, é onde a cidade acontece na sua forma mais dinâmica, a zona rural já seriam aquelas áreas destinadas à produção agrícola, pecuária, mas a gente sabe que não é bem assim, então aqui, a gente no primeiro momento, nessa cor laranja aqui nós estamos determinando o perímetro urbano da cidade, nós estamos basicamente mantendo o mesmo perímetro urbano dos últimos 10 (dez) anos, pro que a gente não está expandindo a cidade? Porque a cidade ela tem a área consolidada, essa parte mais escura é onde a cidade é consolidada, essa parte mais clara é onde são os vazios da cidade, a cidade oferece muitas terras ainda a serem ocupadas e nós temos então, nós vamos ter nos próximos 10 (dez) anos uma população menor nós não estamos crescendo como nós crescíamos nos anos 70 (setenta), quem é conhece São José dos Campos, a gestão dos anos 70 (setenta) sabe o quanto que é a população crescia o ano com novas famílias e a migração que era intensa na cidade muitas pessoas vindo do nordeste do Sul de Minas vieram para trabalhar aqui hoje já não é com tanta intensidade então considerando que nós temos tantos vazios urbanos a serem ocupados e que

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

a população não tem um incremento que ela tinha no passado, o que a gente tem de terra para ocupar é suficiente para os próximos 10 (dez) anos, não há necessidade expansão do perímetro, tanto para São José dos Campos quanto pra São Francisco, em São Francisco nós temos uma pequena retração por uma questão ambiental e compensamos com uma expansão no bairro que vai ser regularizado que o Ferreira e o Barreiras. Bom, outra política que é do plano diretor importante que ele tem que olhar tanto para a zona rural quanto pra a zona urbana como a gente falou de sustentabilidade a gente tá falando de economia da zona rural nós temos as propriedades rurais e a gente não sabemos que São José dos Campos ela não tem uma economia rural com muitos municípios estado de São Paulo como Ribeirão Preto com cana-de-açúcar ou com grande extensão de café, laranja porque o relevo de montanha acaba não permitindo esse uso mais efetivo na terra, mas existem propriedades rurais que podem ter um outro tipo de uso para que garantir que o proprietário de terra não tem onde tá vendendo a sua terra ou picando a sua terra pra sobrevivência que é isso que tá acontecendo então a gente precisa ter uma política na zona rural, então macrozoneamento ele propõe compartimentar dividir em pedaços na zona rural estabelecer políticas próprias, então aqui, essa região mais ao norte é a região de São Francisco Xavier o Rio do Peixe nasce aqui percorre até a represa então é uma importante para preservar essas cabeceiras do Rio do Peixe, lá ainda você tem um remanescente de mata significativo mas existem famílias morando lá então é uma política de desenvolvimento sustentável, não de turismo e pra fortalecer essas propriedades rurais, ou seja, preservar mas garantindo espaço para economia porque você também hoje você tem um problema sério lá de famílias que vendem suas terras como eu falei, na área azul é uma área que você tem uma série de córregos e rios não só o Rio do Peixe, Guirra, Fartura, Roncador, Rio das Cobras, nós temos uma série de rios importantes que alimentam a represa Jaguari e que a gente tem que tem que ter uma política de proteção desses recursos hídricos então, assim o foco principal aqui é garantir a proteção desses recursos mas existem propriedades rurais lá famílias que precisam manter seu sustento então a política procura também incentivar e fortalecer agricultura familiar, com relação essa parte aqui a represa do Jaguari outros municípios que estão envolvidos com represa tem muitas vezes eles usam a represa como potencial turístico, se você pegar aqui na região de Furnas em Minas Gerais aquelas cidades elas têm um apelo turístico lá na represa de Furnas coisa que não acontece aqui em São José dos Campos a gente tem uma represa belíssima, do Jaguari, e o hoje que tá acontecendo que ela tá virando segunda moradia de pessoas que compram terras para simplesmente ela não tem o uso turístico um potencial que poderia ter então a gente está preocupado com isso e propõe uma política também para a questão turística na represa, já essa área roxa aqui aí SP-50 tá aqui ó, então é uma área que aqui não só a questão das fazendas mas aqui acontece uma série de bairros irregulares, chamados hoje núcleos urbanos informais, então aqui nós temos a região do Freitas, a região do Costinha, do Taquari, da Água Soca, do Bonsucesso, do São Mateus, do Olaria, então todos aqui então é política dessa área roxa é também além de fortalecer a propriedade rural dar continuidade na regularização fundiária desses bairros muito desses bairros já tem inclusive esgoto, água, não é? Energia e a população está morando lá e muitas vezes carece do título de propriedade, então há de se dar continuidade na política de regularização desses bairros, ao sul nós temos aqui pra baixo da Carvalho Pinto, já a divisa com Jambeiro e Jacareí é uma área de proteção ambiental para proteger os córregos que aqui nascem então, Vidoca, o Pararangaba, Cambuí todos eles nascem aqui e a intenção é protegê-los. Falar um pouquinho então agora na zona urbana, quando nós começamos a fazer a leitura técnica da cidade ouvir as pessoas nós chegamos a uma conclusão de que essa cidade ela tem algumas realidades distintas, o que quer dizer isso? Essa área roxa aqui é uma área que hoje Santana tá aqui, região de Santana, então você tem o Centro da Vila Maria, Bela Vista, Centro da cidade, Vila Diana vem para o Jardim das Indústrias desce aqui para o Parque Industrial o Bosque Satélite, Campos Alemães, Vila Industrial, Vista Verde é uma área que tem bastante infraestrutura é uma área mais antiga da cidade onde se teve mais investimentos e que a gente tem alguns remanescentes de vazios aqui, ainda nesse roxo aqui tem essas áreas aqui em cinza e precisam ser ocupada então, a prefeitura tá propondo que essa

área seja para efeito de ocupação uma macro zona de consolidação, a gente precisa consolidar esses terrenos eles têm total infraestrutura e muitas vezes estão sobre especulação imobiliária, ou seja já fica lá com preço alto e acaba não dando a função social que ele tem que ter que é o retorno à sociedade, então a gente tá propondo a macro zona de consolidação, nessa outra região aqui, que a gente tem aqui, uma série de todas essas áreas aqui, essas áreas mais em verdes aqui são os bairros regulares, então aqui nós temos aqui a região da Urbanova, aqui, Alto de Santana, Boa Vista, Vila Paiva, aqui pra cá Galo Branco, Eugenio de Melo, Santa Inês, a região do Novo Horizonte, região do Campo São José, região do Putim, do Torrão de Ouro, agora para sair daqui e chegar lá gente tem um monte de área cinza que são vazios e são muitos mais vazios do que nós temos naquela área roxa, então nessa área que a gente tá colocando nessa cor amarela nós estamos falando que é uma área de estruturação urbana nós vamos fazer os novos loteamentos acontecerem em novos arruamentos as ruas precisam ser feitas e quando você faz um loteamento o loteador ele tem que abrir o sistema viário abrir ruas, ele tem que dar áreas públicas, área verde, área funcional para fazer creche para fazer parque isso precisa acontecer com mais intensidade nessa área que tem muita terra para ocupar, no final da cidade aqui na região da Carvalho Pinto que é uma área bem periférica da cidade tem muitos vazios em alguns loteamentos irregulares, aqui nós estamos chamando de macro zona de urbanização, ocupação controlada, o que nós estamos querendo dizer? Enquanto o rosa, ou roxo, e amarelo não foram ocupados, nós vamos evitar conjuntos habitacionais nessa ponta, nós temos locais ali que tem conjuntos habitacionais aprovados nos últimos anos em que a população não tem escola, não tem creche, tem que se deslocar muito, então não faz sentido continuar aprovando conjuntos aqui enquanto que a gente tem terras vazias aqui só que essas terras tão caras, e aí a gente vai explicar como que a gente prendem trabalhar com relação a isso, essa área verde nós estamos mantendo a condição de área de proteção ambiental do rio Paraíba do Sul, só pra dar um destaque aqui então a região norte têm a Santana na região de consolidação que vai até o Rio Paraíba e toda região norte aqui Alto Santana, Boa Vista, Canindu, estão nessa área de estruturação urbana, onde tem que ser estruturado com novos loteamentos com comércios, com serviços e com área públicas, nós também estamos é, mantendo a regionalização da cidade, né? Nós temos uma região centro, uma região oeste, uma região leste, sudeste no Putim ao sul e a região norte, então estamos mantendo essa regionalização que já vendo plano de diretor antigo. Bom, dentro da questão de fomentar a cidade, nos seus diversos aspectos nós estamos propondo alguns elementos que nós chamamos estruturadores, aquilo que alavancam a proposta do plano, então são as áreas realmente estratégico, as centralidades urbanas, a questão da mobilidade urbana, a áreas de interesse ambiental quer sejam de proteção integral como as APAS ou as unidades de conservação e os parques que estão espalhados pela cidade, na questão de mobilidade urbana há de ressaltar que o plano diretor de mobilidade urbana, foi discutido com a sociedade no governo passado e foi aprovado recentemente no ano de 2016 ele é uma lei, então ele está sendo referendado por esse plano diretor. Bom, falar um pouquinho então do primeiro elemento, áreas desenvolvimento estratégico, são áreas da cidade que tem vocação de economia específica ou peculiares a cada localidade que é importante, que servem pra alavancar essa cidade, a gente tem que pensar nos próximos 10 (dez) anos e como a gente vai diversificar o território essa questão econômica, então nós temos fora a região central que envolve o centro aqui e o eixo da Dutra nós estamos propondo uma ADE que nós, nós estamos apelidando áreas realmente estratégicas com ADE, uma ADE junta a Dutra e o Limoeiro que a gente tem uma série de indústria tradicionais ali, Chácaras Reunidas, Eldorado, a própria Monsanto e a Johnson, então a gente entende que é uma política de indústria, é...tradicional que precisa se fomentada, as Chácaras Reunidas vem perdendo força como uma área econômica da cidade, o Eldorado também vem perdendo pungência, então a gente precisa estabelecer algum, algumas diretrizes para ajudar a esses empreendedores de fato retomar a questão que eles tinham a econômica desses locais, fora isso nós temos um aeroporto que é subutilizado principalmente em seu entorno, nós temos uma área junto a Tamoio ali, Carvalho Pinto que dentro dos planos da macro metrópole que pega a região Sorocaba, Campinas, São José dos Campos, São

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

Sebastião e Caraguá é uma área importante do ponto de vista logístico pro estado de São Paulo, nós temos a REVAP o entorno da REVAP, nós temos o Parque Tecnológico, toda essa várzea do Paraíba que tem um potencial agrícola, no passado nós já plantamos arroz, plantamos oleícolas, e perdemos muito em relação a isso, e também na zona rural como destaquei o potencial turístico do Jaguari é o potencial turístico do São Francisco, então realmente áreas estratégicos são localidades que vão ter diretrizes especificas pra fomentar a economia da cidade, aqui alguns exemplos dela nas fotos, outra questão que ficou muito clara dentro da discussão da cidade, da leitura é o quanto essa cidade é espraiada, então vou dar um exemplo, nós temos bairros como Novo Horizonte, a região lá do Bairrinho do Bom Retiro, lá do Cajuru, do Campo São José, do Putim em que a população ela não tem emprego ela quase não tem [...], ela se desloca integralmente pra compra e pra trabalho pra vim pra essa região mais do centro, o centro da cidade, o eixo da Dutra ainda é o grande empregador dessa cidade, então essas pessoas se deslocam muito, né? Principalmente dessas áreas mais periféricas de Eugenio de Melo e do Putim, Cajuru e Novo Horizonte, então estamos propondo chamada centralidade tentar aproximar moradia de trabalho, nós termos as regiões mais infra estruturadas da cidade, próprio centro da cidade, Vila Industrial, região do Jardim Paulista, a região do Aquarius, né? Nos termos ali também o Parque Industrial Satélite que tem infraestrutura que ainda remanesce em vazios e a ideia é que, a gente ocupar os vazios e nessas centralidades fomentar comércios, serviço e moradia, bom, agora essa, essas centralidades aqui ela já existe há exemplo de Santana aqui, né? Santana se você pegar a Rui Barbosa, a Praça da Matriz, você tem um certo comércio, só que ele precisa ser fomentado, melhorado, então nós também estamos incorporando Santana dentro dessa condição centralidade, agora mais periférico da cidade como eu falei nessas localidades que estão, hoje não existe uma centralidade na região Eugenio de Melo aquela população é refém aqui do Jardim Paulista na Vila Industrial, não existe uma centralidade Novo Horizonte, no Campo São José, no Putim, quem mora lá tem que ir até o Jardim Paulista ou vir ao centro da cidade, a gente buscar elementos pra fortalecer a economia desses bairros, porque primeiro que, a distância é muito grande a as pessoas precisam ter um pouco de emprego perto, o centro nunca vai ser superado, o centro sempre vai ser o centro da cidade, mas é preciso criar alguns sub centros pra melhorar um pouquinho esse deslocamento da população dentro da cidade, outro elemento importante dentro condição do conforto ambiental, além das áreas verdes que nós temos os loteamentos das praças nós temos uma política de parques que já vem do plano de diretor passado, então no plano de diretor passado nós já tínhamos alguns parques que aconteceram por exemplo do Ribeirão Vermelho na Urbanova, o Parque Boa Vista que a Alberto Simões em Alto Santana foi planejado no plano diretor 2006, a cidade do parque foi expandido nesses últimos 10 (dez) anos, a expansão do Parque da Cidade algumas aquisição de algumas áreas para prefeitura também estava prevista no plano diretor 2006, né? Agora a gente também ao Vicentina Aranha que é um parque hoje, ele era particular em 2006 ele foi adquirido pela cidade como um parque pelo bem patrimonial daquele Sanatório tem, culturalmente falando, pra cidade então a política de parques continua e a gente está disseminando parques principalmente nas áreas mais periférica da cidade a exemplo lá do Novo Horizonte, do Cajuru, do Putin, né? Do Galo Branco então uma série de parques que estão sendo previstos em São Francisco Xavier também e aqui na região do Paraíba a gente propõem um grande parque integrando o Ribeirão Vermelho que começa na Urbanova e segue até a foz do Jaguaribe pegando naquela região ali do clube do laço, das áreas verdes do Alto Santana chegando até o alto da ponte e integrando tudo a isso quem sabe e no futuro um dia a gente tem um grande parque ao longo do Paraíba aí, pra resgatar um pouco essa cidade, essa parte dessa identidade com o rio Paraíba que a gente acaba não tendo muito, a cidade em todo tempo ela estava dando as costas pro rio, então isso aqui é uma política que a gente quer, que ao longo desses 10 (dez) anos consiga implementa-la. Bom, essa outra aqui é a questão da regularização fundiária, como eu falei a questão da habitação sempre foi, é sempre foi um problema sério em São José dos Campos, né? Desde dos anos 70 (setenta) em que gente teve uma migração muito intensa, nós tivermos um crescimento da população significativo a terra em São José dos Campos sempre foi cara, é

uma terra cara em São José como em algumas cidades grandes do Brasil, nas cidades média São José dos Campos, isso sempre dificultou o acesso à moradia, os programas do passado habitacionais com BNH do passado não davam conta, então aconteceu um processo em São José dos Campos que foi ao loteamento dos parcelamentos irregulares, eles ocuparam tanto na área urbana quanto na zona rural e principalmente na zona rural, tanto que há 10 (dez) anos,15 (quinze) anos atrás toda aquela região do Novo Horizonte para baixo lá Bom Retiro, Bairrinho, tudo era tudo zona rural, com tantos loteamentos que aconteceram lá naquela região leste, sudeste é zona rural, com o passar dos anos a Prefeitura ela foi ampliando o perímetro na região leste principalmente pra conter todas as laranjinhas aqui que era tudo zona rural, aí virou zona urbana, bom, o que nós estamos propondo neste momento com relação a regularização fundiária do loteamento, todos loteamentos que estão reconhecidos na cidade, estão todos aqui, tão todos listados esse mapa não ajuda pela visibilidade dele mas vocês podem ver no site, então todos os loteamentos estão relacionados aqui, então assim nós temos mais de cem loteamentos estão relacionados aqui, bom, no branco que a área urbana os loteamentos que nós já sabemos que são de população de baixa renda o interesse social, já que nós já temos o cadastro e que nós temos um levantamento topográfico já sabemos a extensão dele conhecemos a matrícula quem vendeu principalmente quem vendeu abrangência de quem vendeu nós já estamos classificando como ZEIS, zonas especiais de interesse social, aqui na zona norte, um exemplo águas de Canindu, Chácaras Havaí, Chácaras Oliveira, esses que tão na zona norte já estão classificados como ZEIS, estão na zona norte urbana, agora, tem uma série de loteamentos que tão pontilhados aqui são vários pontinhos aqui, que ainda não estão enquadrados em ZEIS, são aqueles loteamentos que ainda a gente não tem todas as informações, são loteamentos que nós vamos fazer o cadastro nós precisamos levar seu levantamento topográfico pra classificá-los, se eles são ZEIS ou não, têm loteamento que são de interesse social e outros não a[...], são a prefeitura tem a responsabilidade da regularização de interesse social e aqueles que são de renda maior compete aos seus proprietários, bom, eu falei do urbano, agora tem loteamento irregular, o chamado o núcleo informal hoje pela lei atual federal na zona rural, nós temos por exemplo na região norte todas bairros que compõem o Freitas, Buquirinha I (um), Buquirinha II (dois), Chácara Florindo, a região do Costinha, lá, a Fazenda Boa Vista, Água Soca, Taquari, São Mateus, Santo Ivo, tem uma série de loteamentos aqui que estão relacionados aqui, o que que a Prefeitura hoje, a Prefeitura ainda não tem o total levantamento topográfico deles e cadastro eles não vão poder ser regularizado? Sim, eles vão poder ser regularizado! a proposta prevê a regularização deles à medida que a Prefeitura contrata os levantamentos e faz os devidos estudos a prefeitura assume a regularização, agora vou dar um exemplo aqui, a gente tem loteamentos aqui que são de interesse social por exemplo: se eu te pegar ali no Freitas, Travessa Dona Nega, Quarta Travessa, são loteamentos comprovadamente interesse social compete à Prefeitura programar regularização, agora eu também tenho ali Fazendão, Village Alpino, Chácaras Bonsucesso, Chácaras Igaraçu, que não são loteamentos de interesse social, a gente sabe que a pessoa que mora lá tem uma renda que não é uma renda de uma população o que demanda a serviço da Prefeitura, então esses loteamento como Village Alpino, Fazendão vão ficar a cargo dos seus moradores; agora, aqueles loteamento como eu mencionei, que tem essa característica de renda menor, esses a Prefeitura na medida que ela dê continuidade da política ela vai incorporando como bolsa urbano fez um levantamento lá transforma em bolsão urbano vira laranjinha e aí segue com a regularização, bom, a gente falou de várias diretrizes, objetivos, mas como cumprir? Como fazer valer esses objetivos? Desde 2001 que a lei federal estatuto da cidade ele determinou uma série de instrumentos que a gente, deve usar dentro da cidade pra fazer cumprir a função social, que é evitar especulação imobiliária e garantir realmente o uso das propriedades, então eles são vários instrumentos, então a Prefeitura pretende usar esses instrumentos até porque São José dos Campos a gente tem essas realidades aqui a gente tem um alto custo da terra que empurra muitas vezes as pessoas pra a zona rural, ninguém quer morar na zona rural, mais ela não consegue um imóvel urbano e ela namorar e ela acaba indo para a zona rural, você tem uma periferização da cidade aí, a falta de infraestrutura isso gera uma descompasso

entre oferta e demanda de serviço você tem pouco serviço pra muita gente em alguns locais e tem determinados locais da cidade que a gente tá perdendo população dos bairros mais antigos da cidade hoje você pega regiões como 31 de Março, na região do Parque Industrial, você começa a ver uma perda de população e lá você tem escolas, têm que equipamentos, enquanto que locais estão distantes você não tem, você tem mais população e menos serviço, a gente para equilibrar esse negócio, essa descontinuidade da malha é ruim, bom, um exemplo pra a gente se alguém daqui sair de Santana e for até o Putim, vai pela Tamoios ou vai pela Putim Tecnasa, lá atrás da Embraer, você vai ver a terra vazia dos dois lados, daí de repente você vai chegar no monte de bairro, isso é ruim pra cidade, porque pra chegar nesses bairros levou infraestrutura, essas terras do meio do caminho tem infraestrutura e elas poderiam ser ocupadas e não são, é isso que temos que combater, então pra combater a gente tem uma série de instrumentos da política urbana, são nomes complexos, né? Outorga, onerosa, transferência do potencial construtivo, operação urbana, parcelamento edificação compulsória, IPTU progressivo, então são uma série de instrumentos que nós estamos estabelecendo no plano diretor e regulamentando algum deles agora e propondo regulamentação a curto prazo de outros, mas pra gente fazer essa conversa tem uma coisa que a gente tá tendo que mudar na lei é, é o nome complexo todo engenheiro arquiteto trabalha com isso, coeficiente de aproveitamento, se você for construir sua casa, ou se você for construir seu comércio e aprovar um projeto na prefeitura, isso é básico, o coeficiente de aproveitamento é um volume de construção quanto você pode até edificar do seu terreno existe uma regrinha, hoje na cidade os coeficiente centros são altos, são dois e três, duas vezes a área do terreno, 3 (três) vezes a área do terreno que dizer ele é um coeficiente alto, o que que o coeficiente alto faz? Ele ajuda aumentar o preço da terra e como ele é variado ele ajuda a Prefeitura acaba também contribuindo para um preço da terra variado, então isso é uma coisa que a gente quer acabar na cidade, então estão propondo coeficiente o único a partir de agora a cidade toda a zona urbana todinha tem um coeficiente só, 1.3 por que 1.3? Porque permite a construção de uma casa assobradada ou de um comércio ou de um uso misto com comércio embaixo uma casa em cima sem precisar pagar nada a prefeitura ou a sociedade, bom...tá, mas por que a Prefeitura tá fazendo isso? A prefeitura tá dizendo o seguinte: que a partir desse coeficiente vira coeficiente adicional e aí pra construir tem que comprar do poder público tem que comprar da sociedade com isso a gente acaba dando mais equilíbrio também na verticalização da cidade hoje a verticalização ela acontece sem esse controle a outorga vai ajudar também a controlar essa verticalização, então esse coeficiente básico ele é mais justo porque ele, ele, ele trata de uma forma igual aos terrenos, ele reduz a expectativa de ganho se você ou eu sou dono de um terreno e o Rodolfo é dono de outro e o meu coeficiente é 3 (três) e o dele é 1 (um) e meio, e o meu vale mais que o dele, a Prefeitura está estabelecendo um valor diferenciado pros terrenos é disso que a gente tá querendo mudar, então nós vamos estabelecer cocientes 1.3 para cidade e variados pra onde a Prefeitura entende que a gente tem aquela macro zona de consolidação, onde a gente tem a centralidade, onde a gente tem as áreas de, de, de, de fomento economia a gente precisa trabalhar dessa forma, então esse recurso ele é calculado na Prefeitura através de uma fórmula essa fórmula está na lei a regra vai ser clara a Prefeitura vai calcular o dinheiro que o empreendedor comprar vem pro fundo municipal de desenvolvimento urbano e esse dinheiro vai ser aplicada e habitação de interesse social, projetos de mobilidade, projetos ambientais, que é uma forma da gente na verdade so[...], é transferir esses recursos como uma prestação de serviços para a sociedade. Bom, também essa é uma outra instrumento importante, tal transferência do potencial construtivo as vezes tem terrenos na cidade que o cara não pode edificar, não é porque ele não quer, é porque existe uma restrição muitas vezes, as vezes ele tem um imóvel que é patrimônio histórico, a gente tem algumas cidade às vezes é um imóvel que tem uma cobertura arbórea foi um pomar antigo, ou tem uma vegetação de interesse da cidade, e a legislação restringe o uso, então a prefeitura que a também para não prejudicar essa pessoa permitir que essa pessoa venda esse coeficiente que ele não usa naquele terreno pra outro que posso usar em outro local então nós vamos criar esta regra também, fora isso, isso aqui é fundamental hoje para a gente ocupar aqueles vazios que eu lhe falei às

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

vezes você tem a cidade toda ocupada, toda planejada então terreno vago aqui, passa ano, passa ano a ano, e nada acontece, o IPTU tá lá e o cara tá pagando mas ele tá pagando o IPTU está confortável pra ele, e ele especulando pensando, pensando em ganhar mais valor na terra. Bom, o PEUC estabelece um tempo, um limite pra esse cara deixar o terreno vazio porque se ele deixar esse terreno vazio o IPTU dele vai aumentar mais do que aumento na cidade é uma forma de você fazer valer o uso social da propriedade, agora pra que a gente possa de fato identificar essas propriedades a gente tá finalizando um cadastro técnico na Prefeitura, nós temos que finalizar o cadastro multifinalitário pra ter a realidade de cada empreendimento, localidade pra definir se é um imóvel vago, se é subutilizado, não utilizado, feito isso nós vamos fazer por lei específica esse PEUC pra poder aplicar o IPTU progressivo nesses imóveis, a proposta também prevê ao sistema municipal de informação onde a gente pra fazer toda essa regra da outorga, do PEUC de todos instrumentos urbanísticos a gente precisa ter um sistema de informação uma base, porque a Prefeitura ainda é deficitária do geoprocessamento, que é necessário melhorar esse serviço pra poder aplicar o instrumento, então isso faz parte da proposta, por isso a gente está colocando aqui? Porque daqui todos os orçamentos você sabe que tem PPA, plano plurianual a cada quatro anos, faz lá orçamento de quatro anos, depois tem a LOA, tem a LDO se ver gente não colocar no plano diretor a gente não garante recurso para comprar software, para comprar esse tipo de coisa pra melhorar o serviço da prefeitura, por isso que a gente coloca no plano de diretor isso, nós como técnicos sempre vamos tentar porque a gente pensa em investir na máquina, pra poder prestar o serviço melhor, fora isso o plano prevê também o sistema municipal de acompanhamento ou seja esse plano vai ter uma vigência para 10 (dez) anos será discutido a cada orçamento e tudo que tá nele tem que ter link com os orçamentos e a sociedade participa disso, então a gente tá também garantindo no sistema de municipal de acompanhamento desse plano pra que a população possa participar, então propor a reformulação e modernização do CMDU através de leis específicas, CMDU é um Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade que precisa ser ampliada em relação à participação social, hoje ela não abarca todas as regiões da cidade administrativa nós criamos aí dá tempo sete regiões e ele não representa as 7 (sete) regiões então nós estamos também até qual a questão da regionalização da cidade fora isso plano contempla uma série de diretrizes e setoriais na área de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, né? economia, segurança, que fazem parte do plano diretor, eu dei uma e fazer a questão do ordenamento territorial mas não sei se podem fazer [...], é consultar lá na internet no site vocês vão ver uma série de diretrizes dessas áreas, inclusive a partir da última audiência pública ainda prefeitura recebe durante 5 (cinco) dias às contribuições para que a gente possa fechar esse projeto de lei aí e, e encaminhá-lo devidamente para discussão no legislativo, bom, a minha fala seria essa, eu acho que agora a gente abre a palavra pra população. **Rodolfo:** Só reforçando está aberto do espaço para registro de quem quer fazer uso da palavra microfone só por favor se dirija a mesa pra fazer o registro da sua intenção de fala. **Rodolfo:** Lembrando a todos que o procedimento dessa audiência conforme lido inicialmente regrado por meio de um decreto o tempo de fala de cada um será de 3 (três) minutos, e vou reforçar novamente a gente mantém o silêncio que o ambiente aqui gera um Eco muito forte então se tivermos conversas pode atrapalhar quem está se manifestando, nós temos como o primeiro inscrito para fazer o uso da palavra, ali por favor seu Osmar. **Osmar Ferreira**: Boa noite, é queria aqui nessa assembleia, nessa audiência pública duas reivindicações, a primeira é solicitar ou reivindicar um plano diretor específico para o Parque da Cidade, inclusive com audiências públicas é um projeto que pode ser elaborado tanto pelo executivo ou também pode ser elaborado pelo poder legislativo onde o povo possa discutir e opinar o que quero que não quero, o que pode o que não pode ter dentro do parque da cidade, a outra reivindicação aqui depois eu quero até deixar aqui registrado é que Santana é a região norte inteira na verdade ela é carente de espaços de expansão urbana e Santana especificamente ela já tá travada nessa questão, existe hoje é um espaço que é APP mas que ele já tá, faz divisa com a Rhodia, a Rhodia, antiga Rhodia, que já está liberada para comércio e também para serviços e do outro lado você tem a Via Norte, o Alto de Santana, o rio Paraíba, e a estrada de ferro, ali onde passa, onde vai passar a

inclusive havia Jaguari, então é um espaço que tem ali que é APP, mais que os proprietários pagam já IPTU então, ali é uma área plana que pode ser estudada para que ele possa ser um local para empreendimentos habitacionais porque quem mora em Santana que é mais antigo tem a sua casa mas muitos filhos querem morar aqui na aqui em Santana e tá faltando esse espaço então eu acredito que esse **Rodolfo:** 1 (um) minuto. **Osmar Ferreira:** Sim, é feito um estudos para liberar para que possa então ter esses empreendimentos habitacionais naquele local porque a gente tem a grande área do parque da cidade e aqui mais pro norte a gente tem a questão aí dos morros que é uma coisa até um pouco mais complicada então essa é a minha reivindicação, muito obrigado. [silêncio de microfone 00:47:46] [aplausos]. **Rodolfo**: O próximo a fazer uso da palavra é a senhora Celina, Celina Machado. **Celina Machado**: Boa noite a todos e[...], **Rodolfo:** Mais próximo do microfone por favor. **Celina Machado**: Boa noite a todos, a minha reivindicação é sobre o respeito do transporte, como transporte é...tá no meio aí, respeitar os passageiros porque o respeito vem em primeiro lugar, como que isso que eles querem fazer uma coisa e nos comunica? Não há respeito com os passageiros tudo que se faz é pra aumentar a cidade então aumenta população que depende de transporte, então a gente queria que pensasse um pouco nos idosos, nas crianças, nos passageiros, que vai e que vem, se o transporte vai melhorar, responsabilizar pra algum acidente que acontece com as crianças sem o cobrador, porque o cobrador que olha as crianças fiando a cabeça pela janela, ajuda o cadeirante se responsabilizar porque é direito da gente, a gente não são animais que não adianta a cidade crescer e não respeitar, boa noite pra vocês. [aplausos]. **Rodolfo**: Muito obrigado Celina! próximo agora a fazer uso da palavra seu Nelson Costa. [silêncio de microfone 00:49:25] **Nelson Costa**: Boa noite a todos, eu sou Nelson Costa Aparecido, morador da Vila Rossi, há 64 anos, eu sou presidente do grupo da CONSEG e eu queria reivindicar uma melhoria no bairro do Canindu por causa que eu tenho dois imóveis lá, e eu vejo que falta muita coisa lá inclusive rede de esgoto e melhoria nas ruas e transportes para o pessoal principalmente nos idosos que moram lá, que tá faltando bastante lá, então para mim o suficiente seria isso obrigado a todos obrigado. [aplausos]. **Rodolfo**: Obrigado sr. Nelson, agora o senhor Osvaldo Soares. [silêncio de microfone 00:50:29] **Osvaldo Soares**: Pessoal, boa noite a todos, vou tirar aqui não é por nada não, aqui é ruim que cê falar ali mermo, tempo no tempo não para, quer dar boa noite a todos aí! Agradecer, né...em nome de todos aí, sou presidente da sociedade amigos de bairro do Alto da Ponte, moro lá 57 anos, em nome de seu Nelson aqui que é presidente do CONSEG complementar todos os presidentes de bairro, associações, moradores, todos que estão aqui, tá bonito! tá, tá, tá bem, tá bem, bem cheio aqui, então comprimento a todos aí, a FM São José que está fazendo cobertura da autoridades presentes, vereador José Dimas, me parece que é o único vereador presente se eu não me engano, tão autoridade presente do legislativo, e eu queria dizer o seguinte a minha fala que são duas: primeiro uma que nós sempre falamos, sempre falamos do assunto, a nós temos a LDO lei diretrizes orçamentária pode fazer alguns pedidos menores, não que não tem significância mas agora eu posso pedir lá uma lombada na minha rua, posso pedir um semáforo não tem problema faz parte, no caso aqui eu entendo são coisas maiores né? o plano diretor se trata de uma coisa aqui não pra atender um cidadão, uma família ou uma rua e sim parte de uma comunidade ou toda ela no caso abrangente, a meu pedido aqui é um que eu sempre costumo fazer, em vários que estão aqui já fizeram, pelo amor de Deus pessoal autoridade presentes vamos ver se a gente consegue quem sabe o ano que vem ou próximos anos a nossa base do corpo de bombeiros na região norte, a gente não aguenta mais ver atropelamento, ver acidentes ou fatais ou não na SP-50, eu nasci de novo da ponte se acontecer acidente aí até chegar a viatura eles prestam serviço bacana mas até chegar é complicado! Então meu pedido seria nesse sentido de uma base do corpo de bombeiros na região do norte, eu tenho que... **Rodolfo:** Um minuto. **Osvaldo Soares**: Certeza senhores aqui estão presentes muitos deles já fizeram esse pedido né? Que não cai, não cai, esquecimento e também que olhem com bastante carrinho sobre a verticalização na região norte, nós precisamos que isso seja analisado é uma coisa muito importante pra nós aí, então gostaria que fosse analisado também e que vocês pudessem tomar uma providência, e quero me dirigir aqui últimos trinta

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

segundos viu Zé Dimas ao vereador José Dimas fazer um pedido especial porque é a indicação 1895 de sua autoria pede a cobertura do palco do centro comunitário Alto da Ponte em março deste ano, eu gostaria de falar pudesse já nos ajudou com isso fazendo a indicação enquanto presidente de bairro senhor vai poder tá ajudando com certeza os esportistas do judô, do taekwondo, do futebol, do sertanejo que querem um palco coberto para fazer suas, as suas modas de viola que eles gostam então gostaria de deixar que o senhor pudesse realmente a desse a sequência, agradeço a sua indicação por dentro da sequência e quem sabe possa fazer isso porque foi um pedido na LDO que a [voz do RODOLFO ao fundo 00:53:45] gente fez e em todas as LDO'S que nós fizemos nós fizemos esse pedido, muito obrigado a todos. **Rodolfo**: Obrigado, e agora com a palavra senhor Antônio Domingos, Antônio Gilberto Domingos. **Antônio Gilberto Domingos**: Boa noite a todos, meu nome é Antônio Gilberto, já moro aqui na região norte 50 (cinquenta) anos, sou mineiro mas como me consideram joseense porque 50 (cinquenta) anos morando aqui né? Sou mais joseense do que mineiro, e venho aqui representando o meu bairro Canindu do Chácaras Havaí e a Regional Norte aonde a gente tá brigando aí pela regularização do nosso, dos, nossos bairros né porque são muitos bairros que precisa ser legalizado a gente sabe disso e não tá sendo fácil faz 21 (vinte e um) anos que eu moro no Canindu e sempre quando eu posso, tenho participado dessas reuniões né...e representando aqui o[...], Gilson né? que a gente tá trabalhando junto faz parte da associação junto com ele, o que eu posso dizer que muitas vezes que eu venho nessas reuniões eu vejo a mesma conversa, o mesmo palavreado, mostra mesmo as coisas ali, e passa-se 10 (dez) ano e não vejo acontecer nada, outro dia eu tive aqui um senhor de idade lá do Buquirinha falou a mesma coisa, e eu reforço isso o poder público não tá preocupado com o nosso, me desculpe dizer não tão preocupado com a gente porque quem que tá perdendo eu acho que, quem mais está perdendo? é poder público não somos nós, porque, porque a gente quer pagar imposto eu quero pagar imposto da minha casa faz 21 (vinte e um) anos que eu moro lá nunca chegou um carnê para mim pagar imposto, meu pai paga o dele na Vila Paiva todo ano né? Da Vila Paiva onde eu moro é um quilômetro e meio né? Fala-se lá do Novo Horizonte naquele bairro longe lá que precisa, isso precisa aquilo e eles estão mais longe do centro da cidade que nois, nois é um pulinho 5 (cinco),6 (seis),8 (oito) minutos a gente tá no centro da cidade e tamu esquecido eu infelizmente é tenho, tenho a dizer o seguinte que o poder público tem que realmente olhar com mais carinho pro nosso lado né? Eu ouvi falar agora pouco ali que nós já estamos fazendo parte da zona urbana né? Já estamos fazendo parte da zona urbana porquê do Canindu, Chácaras Havaí né? pra cá, do Alto da Ponte eu não me considero roça, não moro na roça, eu moro na área urbana, né? nós temos água, luz, telefone, rede de esgoto, né? E não temos um documento que possamos, né? dizer isso aqui é meu! o que dizer o documento eu tenho, um contrato de compra e venda quando comprei né? mas o que eu quero é um documento registrado na prefeitura e todo mês chega todo ano chegar o carnêzinho pra mim pagar o meu IPTU. Boa noite a todos! [aplausos]. **Rodolfo**: Muito obrigado! **Rodolfo**: próximo seu César [silêncio de microfone 00:57:14], sobre, sobrenome tá difícil de ler, César Elias Nascimento obrigado! **César Elias do Nascimento**: Boa noite, parece que o negócio ali foi tudo falado mas não foi falado, né? talvez não possa ser falado também não sei né? Eu moro aqui no morro do Vila Leila, não foi citado[...], o amigo não citou o morro do Vila Leila como uma área que tem que ser regularizada, certo? Tem o documento muito sério aqui, estou do comendo aqui é um documento que pode ir lá na frente vai dar uns problemas bem, bem, bem grave certo? pelo fato do seguinte da promessa ser feita e ela não se cumprida, por que? Porque lá na gestão pode falar o nome ou não? pode falar o nome? Lá na gestão da dona Rita Singulano da Habitação fez o negócio conosco ali na Vila Rossi, colocando nós lá no Vila Leila falando pra nós que daqui há um mês que nós tivesse lá, nós teríamos regularizados com IPTU faz 10 (dez) anos que nós estamo lá! E ali embaixo ali na vila na, na rua ali do lado da ponte também tem muitos lugares que estão sem documentação agora a prova tá aqui, e não é só isso não, na minha vila foi feita coisas erradas e muito errada e parece que não pode aparecer, num pode! Foi lá reclamar de um documento para minha mãe que tem 74 (setenta e quatro) ano um documento aqui na minha mão o meu tá aqui, o meu pai

faleceu né? coitado não conseguiu chegar aqui no Vila Leila certo? E, e fizeram ali de qualquer forma de qualquer jeito e agora tô mandando IPTU pra lá, tão ah[...] mandando IPTU pro lugar que não tem como não pode mandar IPTU tá fora da lei, né? Eu penso que tá e os documento daqui e eu vou lutar até o fim, até o fim eu tentei falar com a secretária do prefeito, **Rodolfo:** um minuto, **César Elias do Nascimento**: Segundo, ela não sabe de nada, quer dizer lá a gente pergunta do problema lá eles não sabe resolver nada, então fica aqui a minha solicitação, e se for possível depois eu quero mostrar para alguém, né? [aplausos] **Rodolfo**: Muito obrigado, agora com a palavra o senhor Juliano Silveira de Souza. **Juliano**: Boa noite à todos, é, meu nome é Juliano, acho que algumas pessoas aqui já me conhece da região, é[...], tenho 24 (vinte e quatro) anos, há exatamente 10 (dez) anos atrás, 2006 (dois mil e seis) eu estava com 12 (doze) anos, vejo promessas, promessas e promessas, e o desrespeito por essa região continua o mesmo, há 3 (três) anos atrás quando passei a trabalhar na escola pública do Buquirinha, passei observar a desigualdade social que acontece dessa ponte Minas Gerais para lá, onde o cidadão mal hoje tenho direito a ter água e luz elétrica que é o básico, e eu falo isso porque recentemente passamos pelo mesmo problema numa chácara que nós temos na região do Pedra D'Água, onde foi negada a água, por danos tendo recurso pelo poço onde a urbanização com crescimento e já passou a ser escasso, então eu venho cobrar o respeito por essa região, porque nós não somos respeitados em todas as partes, há 5 (cinco) dias atrás perdi um tio naquele hospital ali por não ter recurso, senhor vereador precisamos ter uma ambulância fixa naquele lugar, 3 (três) horas para esperar uma ambulância para ser transferido para um hospital é muita coisa, é muita, é absurda, ou é hospital ou é UPA, porque se fosse hospital, pela lei ele tem que ter recurso como um hospital, como a Vila Industrial e não foi o que aconteceu ali, porque meu tio passou mal 11 (onze) horas da manhã, 05 (cinco) horas da tarde não tinha sido atendido, ele foi liberado com alta pelo médico, então assim fica aqui a minha indignação eu vou dar a cara por essa região, quem quiser pegar meu contato depois pode pegar, se eu tiver que pegar uma prancheta no meu horário livre eu vou ficar todas, **Rodolfo:** 1 (um) minuto. **Juliano:** As noites para trabalhar, porque eu a gente é tratado pessoal com respeito porque se fala em crescimento, se fala em planejamento, mas isso não acontece aqui, não aqui, vocês que vivem a mais tempo, Dona Delfina, o rapaz aqui do meu lado, senhor Osvaldo, que eu conheço da época que eu fazia judô no centro comunitário, quanto tempo senhor Osvaldo o senhor vê essas promessas, quanto tempo acontece isso aqui e continua o mesmo, vereador por favor depois eu queria trocar uma palavra com senhor, porque fica aqui a minha indignação o meu ...], eu não estou conformado, estou confortado pela morte do meu tio, mas não conformado, então fica aqui, agradeço a todos. **Rodolfo:** Muito obrigado senhor Juliano, agora com a palavra senhor Jeferson da Silva. **Jeferson da Silva:** Boa noite à todos, eu não sou líder de nada, tá? Eu sou daqui, eu vim de Jacareí pra cá, moro em São José aproximadamente 10 (dez) anos, cheguei aqui com 18 (dezoito), moro um pouco mais, hoje eu tô com 29 (vinte e nove), vim morar na zona sul, hoje na zona norte, eu moro no conjunto habitacional aqui do, do Jaguari, é legal assim vê que tem plano de crescimento da cidade, eu fico contente porque quando eu vim para cá eu não tenho onde morar e aluguel é muito caro, foi difícil para conseguir, mas hoje eu tenho onde morar, queria sim ter oportunidade pra poder comprar um terreno, mas eu queria que as coisas aqui pra quem já [...], pra onde eu estou...funcionasse melhor, por exemplo meu filho está na creche, eu tenho dois filhos um de 11 (dois) e um de 2 (dois), vai fazer 3 (três) anos, meu filho que tá na creche, outro dia eu fui deixar na creche ele com a minha esposa pra gente poder trabalhar, e tem que fazer agora rematrícula e nós tava pensando, será que a gente vai conseguir a rematrícula do menino? Porque hoje quando a gente pediu, a gente [...] só um de nós trabalhávamos, hoje graças a Deus nós dois trabalhamos e corre risco da gente não conseguia essa rematrícula, por causa do salário, assim eu acho que isso tudo creche é direito de todos, independentes se ontem tava ganhando 1000 (mil), hoje eu ganho 1500 (mil e quinhentos), eu acho que eu tenho direito a poder colocar meu filho na escola para poder trabalhar, se a minha mulher deixar de trabalhar ou eu deixar de trabalhar a renda volta diminuir, e a gente não continua crescendo, outra reclamação que eu tenho é uma reclamação das vans, ta? A

gente que usa transporte público, quando eu ando de van e a van é muito boa, porque ela vai mais rápido, ela tem um problema que eu acho assim incrível, quem anda na van, o cara da van anda disputando com o ônibus quem vai pegar mais passageiros e sai cortando, andando rápido e algumas vezes com meu filho pequeno no colo acho que eu não tenho que passar [...] **Rodolfo:** 1(um) minuto. **Jeferson da Silva:** Por isso né, acho que uma senhora de idade não tem que passar por isso, eu já vi na van tá? Cobradora e motorista querer se negar a dar transporte para idoso, porque o idoso não ia pagar passagem, sabe? Fazer de conta que ele não tá ali, então sei lá vocês têm algum órgão que fiscaliza isso, eu queria pedir um pouco de atenção para essas duas coisas obrigado. **Rodolfo:** Obrigado senhor Jeferson, com a palavra agora o defensor público senhor Jairo Salvador. Quero informar que regimentalmente conforme definido no decreto, estão encerradas as inscrições para o registro da fala. **Jairo Salvador:** Gente boa noite, vou ter que falar igual locutor de corrida de cavalo aqui, porque o tempo é muito curto, é em 5 de abril de 1990, 5 de abril de 1990, entrou em vigor a nossa lei orgânica municipal, nossa lei orgânica municipal é nossa lei maior, nenhuma lei, nem um decreto, nem um ato de ninguém, seja da câmara, do prefeito é superior a nossa lei orgânica, e a nossa lei orgânica diz o seguinte eu vou ler para vocês. artigo 346 (trezentos e quarenta e seis), o poder público municipal deverá exigir e promover a regularização dos loteamentos clandestinos no prazo máximo de 2 anos, isso em 1990, eu não tô falando do meu desejo, dá vontade, eu to falando de uma lei, e nesse país se cumpre lei de acordo com a conveniência, porque se fosse cumprir a lei, nós não teríamos mais loteamentos irregulares, eu tô falando de lei o nosso plano diretor é uma lei, e foi falado fiquei muito emocionado aqui com todas as falas, e foi falado aqui de respeito, respeito por essa população né, que cumprir seu dever, tão aqui nesse horário, já cansado, todo mundo já cansado de participar, de dar sugestões e a gente não vê resultados, não vê resultado porque na hora de decidir, o povo fica de lado, e aí faz o que eu acho que é melhor para o povo, como se o povo não tivesse capacidade de decidir, nós estamos aqui já como defensoria assessorando os moradores de bairros irregulares, foi uma luta que a gente não tinha como abraçar o mundo e pegar todas as causas que envolvem plano diretor, saúde e educação, queria eu ter braço para isso, elegemos a regularização fundiária e habitação de interesse social, e mobilidade urbana no viés do transporte público. Se nós formos pegar todo esse material, quem teve paciência de ler né, com honestidade e ler esse material, vai ver que os dois principais problemas que foram levantados pela população é transporte público, não é ponte, não é mais rodovia, é transporte público e regularização fundiária, e isso infelizmente a contribuição que essas pessoas e a gente fica até chateado, por que? Porque joga no descrédito todo poder público, quando a defensoria vai no bairro fala vamos participar do plano direto a gente acredita que essa participação vai ser para valer, então ainda dá tempo o projeto não foi para câmera, o loteamento é clandestino, mas a gente vê agora em período de eleição, porque os candidatos não vão então no bairro já que o voto é clandestino, né? Porque o cidadão é um não cidadão, e não tem direito a nada, mas ninguém tem até então assim, é um compromisso do executivo e dos vereadores aqui só temos um né, de ouvir a população, nós estamos apresentando uma proposta concreta, não tô colocando, colocando uma proposta concreta de um plano municipal de regularização fundiária, tá? Com todos os detalhes, a gente sabe que regulação fundiária envolvem recursos, é uma questão complexa, ninguém aqui é leviano de achar que isso vai ser do dia para noite, mas o que a gente quer é um norte, porque desde 1990 a lei já manda, já obriga a isso e só para terminar né, a gente tem oportunidade aqui de nos próximos 10 (dez) anos, tentar uma solução pactuada, se isso acontecer, se não for a gente vai apostar no conflito, é o que tá acontecendo hoje diariamente bate nas portas da defensoria né, pessoas com ações demolitórias, ações de corte de água, ações querendo [...], para ligar água, água gente, água quando o contrato assinado com a Sabesp previa a instalação de água, em, e foi uma das condições para ganhar a licitação da renovação, que instalasse água em todos os loteamentos, 100% (cem por cento), loteamentos tivemos como clandestino, e hoje fazem vista grossa né, e aí joga a culpa no ministério público e tem um TAC e a gente fica administrando conflitos, ou a gente conhece o problema e vai parar juntos quanto poder público, população, legislativo, para resolver,

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

ou a gente vai apostar no confronto nos próximos 10 (dez) anos, desculpa ai gente, eu passei muito do tempo, tá perdão, mas é muita coisa para falar obrigado. **Rodolfo:** Muito obrigado Dr. Jairo, com a palavra agora a senhora Ângela Silva. **Angela Silva:** Boa noite a todas e todos, quero cumprimentar aqui os trabalhadores da prefeitura, que acompanham essa empreitada aí, infelizmente o Manara não está hoje né, uma pena, mas eu encontro com ele na [...], no dia 27, então né Dr. Jairo, a lei orgânica ela vale para dizer que essa discussão aqui não pode ser deliberativa, então a lei orgânica quando se quer ela é usada e bem usada, porque eu sou do conselho de gestor, participa [...], participo desde 2016 nessa discussão, sendo que em 2016 nós tiramos que o final, hoje, essa reunião ela deveria ser tirado delegados, as pessoas iriam votar essa lei não foi apresentada mais é uma lei, esse plano está horrível, muito ruim para nós, péssimo, já falei lá na reunião do conselho gestor que eles tanto falam né, que o conselho gestor fez, aconteceu, deixou, que a deliberou lá, que não é o nosso papel, mas eles fizeram ser, que essas reuniões elas seriam apenas para apresentar, nós estamos fazendo aqui papel de bobo, porque vamos fazer propostas, e as propostas não serão incluídas, haja vida, nós levamos 43 proposta, nenhuma delas foi colocada por inteiro nessa discussão, esse plano diretor ele tem [...] tinha que ter como diretriz a regularização fundiária e a habitação, lá a diretriz é moradia digna, moradia é o local que você mora, que você escolhe, que você põe para seu relento até, mas a regularização fundiária que é o importante, é ela que te dá o direito como esse senhor que é lá do, Chácaras Havaí falou aqui que ele quer um papel, ela que dá direito da dignidade para você, porque você não fica refém da prefeitura, que mesmo a gente aqui discutindo plano diretor, ela continua lá com arma na cabeça do povo, que arma na cabeça do povo é falar "você vai ficar sem água, você vai ficar sem luz, nós vamos derrubar porque você não pode morar aqui", e quando a gente descreve aqui coisas, a prefeitura decide outra, então no meu ver, eu me sinto sim enganada, falei para o Manara na reunião do conselho gestor que foi um golpe, me senti golpeada, porque nós todas as propostas que nós fizemos, nós não fomos atendidos, então digo que nós temos que nos fazer valer a nossa participação, nem que seja para mandar carta todo mundo aqui na prefeitura, e falar: "eu quero meu direito! O que eu discuti, o que eu propus que seja aceito", nós por exemplo do Esperança, lá do Banhado fomos em peso na reunião, falamos a regulação do banhado, falamos que não queria a via Banhado e continua o texto nesse plano diretor, então o plano diretor é mentiroso, o conselho gestor não aprovou isso, a prefeitura que aprovou e decidiu esse plano diretor. Então não temos responsabilidades sobre ele e temos que lutar para fazer um plano diretor para fazer valer o nosso direito, brigado boa noite! [aplausos] **Rodolfo:** Obrigado Ângela, agora com a palavra o professor José Moraes. **José Moraes:** Boa noite a todos e todas, eu me chamo Moraes, sou ambientalista, moro na Vila Sanches e eu insisto em dizer que esse plano diretor já nasceu comprometido, uma vez que o diagnóstico feito não se baseou em estudos indispensáveis para sua elaboração, tais como por exemplo um estudo de microclima urbana, não existe! Um estudo de macrodrenagem, não existe! Um estudo de emissões de poluentes, não existe! Um estudo de inventário ambiental, não existe! Um estudo da capacidade de suporte viária do município, não existe! Um estudo de risco em particular da região leste, também não existe! A prefeitura alega que está em andamento alguns estudos, mas eles não foram concluídos, como é que se pode fazer um diagnóstico sem estudos concluídos? Então isso compromete consideravelmente a qualidade de vida e a saúde da população, é uma cidade muito poluída, as pessoas estão padecendo de doenças respiratórias, doenças cardiovasculares, isso vem acontecendo com muita intensidade em particular com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, então como o tempo é curto, não é verdade? Que para discorrer sobre esse assunto seria necessário que nós tivéssemos mais tempo, aliás esse decreto está obsoleto, esse modelo de audiência pública está o ultrapassada, não nos atende mais, então eu gostaria de provocar aqui o engenheiro Osvaldo, uma pena que o Manara não está aqui hoje, gostaria muito que ele estivesse, mas eu gostaria de saber os votos por exemplo já que a prefeitura sempre que eu levanto essas questões alega que os estudos estão em curso, eu gostaria de saber por exemplo é quanto de microclima ou de perdão de micrograma de material particulado por metro cúbico de ar, a população da região norte está

respirando? Eu gostaria de saber! Porque é notório que grande parte da população da região norte está doente, doenças respiratórias e cardiovasculares, e a prefeitura não mostra isso, eu gostaria também Osvaldo de saber quantos automóveis circulam pela região norte? Porque ultimamente a prefeitura nesse plano diretor prioriza o rodoviaríssimo, ou seja, vias expressas, então eu gostaria de saber por exemplo se há algum estudo quanto a poluição que essas vias expressas vão acrescentar, aquela que já prejudica consideravelmente a saúde e qualidade de vida da população, é isso infelizmente não dá para falar mais, mas a situação é grave e critica, e eu creio que chegou o momento de nós darmos um basta a essa encenação tá acontecendo São José, muito obrigado! **Rodolfo:** Obrigado professor José Morais, agora com a palavra o professor Paulo Romano. **Paulo Romano:** Boa noite a todos e a todas, assim como a Defensoria Pública, eu como professor universitário, que atuo na área de planejamento Urbano Regional há 20 (vinte) anos, estou tentando dar alguma contribuição para o grupo de pessoas que têm conosco, tentado levar adiante uma política Municipal de regularização fundiária, que programa está longe de ser política, porque não tem critério, não tem método, não tem prazo, não tem cronograma, e é bem diferente do que uma política, assim como uma de habitação, mas a grande questão é infelizmente também vou se fazer coro aqui, com a ausência do nosso secretário, porque vocês vão observar que ao final da reunião a prefeitura poderá responder a tudo que falamos em 20 (vinte) minutos, e acaba, então a gente não tem direito a réplica. Então eu estou aqui hoje fazendo a réplica de uma fala que o secretário fez na reunião passada dizendo uma coisa, deixa eu fazer uma pergunta para vocês, vocês gostariam de participar de um fórum da cidade em que vocês pudessem decidir por algum tipo de votação os destinos da cidade? E sabe por que que isso não vai acontecer? Porque o secretário me disse, que na noite do dia 11 de abril, o conselho gestor se reuniu e por 17 (dezessete) votos à 1 (um) decidiu por não fazer isso, mas aí eu sou curioso porque eu sou professor e pesquisador eu fui lá pegar a ATA, e eu descobri uma coisa, que dos 17 (dezessete) votos que foram contra, não fazer reunião deliberativa, 9 são de representantes do poder público municipal, então independentemente de quem votou contra que prometia ACONVAP, a secretária aqui, ex-secretária é citado, a prefeitura ganharia votação sozinha, então secretária em algum momento precisa vir a público dizer o prefeito, etc., porque esta administração e a Secretaria que tá levando a frente o plano diretor, e os seus comandados que vão lá na reunião do conselho gestor, não querem que a população decida por meio de votação, porque foram eles que ganharam dos 17 (dezessete) votos, tinha 9, porque eu duvido que alguém da administração Municipal tenha aprovado fazer uma reunião do Conselho Municipal deliberativa por representação territorial, regional e por média de população, então vocês precisam saber que quem não quer, precisa administração Municipal acabara de se esconder na sombra do Conselho gestor, porque a maioria dos votos nesse caso foi dela, obrigado. [aplausos]. **Rodolfo:** Obrigado professor Paulo Romanos, agora com a palavra senhora Maria Josi, Maria José [...] sra. Maria José, perdão. **Maria José:** Boa noite, eu sou Maria José, eu moro no Águas de Canindu e Havaí, vou lê, porque eu coloquei aqui o pensamento que tem que deixar, eu vou... não vou falar direitinho, então eu moro na região norte no Canindu com Havaí, sou uma das lideranças natural da comunidade, venho por aqui manifestar, manifestar participando de todas as oficinas com a população né, e com toda oficinas com a população, e com toda oficina foi franqueada a regularização fundiária, a regularização de loteamento clandestina regular na cidade, e nas periferias da cidade, vem com uma proposta a prefeitura de suprimir isso, o plano diretor, ele faz uma revisão de 10 (dez) anos, quer dizer que o plano diretor sempre vai revisar os 10 (dez) anos, de 10 (dez) em 10 (dez) né, na lei que rege o nosso município, isto não é aceitável, eu estou aqui manifestando ao contrário de tudo que a prefeitura está propondo aos cidadãos joseenses, nós cidadãos joseenses, nós vamos correr atrás dos nossos direitos judicialmente, este plano diretor com ação popular, com o movimento regular, regulariza já, então vamos dizer se a prefeitura não quer ouvir nós, então nós temos que buscar o nosso direito, é assim que eu penso. Amém? Deus abençoe a cada um de vocês. [aplausos] **Rodolfo:** Obrigado senhora Maria José, agora com a palavra o senhor Gilson Costa. **Gilson Costa:** Boa noite a todos e todas aí né, Gilson Machado da Costa, morador da zona norte há 35

anos né, a gente vem nessa luta e de regularização, uso, ocupação e parcelamento do solo, e hoje infelizmente a gente tem uma autarquia que não existe, existe a população, mas autarquia que é dada, ela não existe, ela não prevalece. Então hoje nós temos que fazer prevalecer os nossos direitos, qual que é os nossos direitos hoje? É toda a informação que vem da prefeitura, a gente ir lá fazer um boletim de ocorrência, se foi notificado? Você faz um boletim de ocorrência, contra quem? Contra quem tá lá no comando, você é, é tirado o seu direito de água, de luz? Faz um boletim de ocorrência, contra quem? Quem tá no comando, ta?! Você pediu uma lombofaixa, você pediu uma placa de sinalização, não é atendido? Faz um boletim de ocorrência, contra quem? Quem tá no comando, assim eles vão respeitar o nosso direito, é inaceitável toda a mobilização do dinheiro público, toda mobilização da população, participar das oficinas junto com a defensoria pública, junto com os professores que estão aqui, que esclareceram muito bem a vocês aqui, isso aí leve para o seu vizinho leve para a pessoa que tá lá que acha que a prefeitura vai resolver tudo a situação, não vai resolver, ó acorda, fala para ele: "acorda, sai da lagoa sapo senão você vai morrer queimado", essa informação nós temos que levar, entendeu? Então a cidade nossa é um caos total, se a gente for pegar os estudos técnicos que existe no IMPA, no IPE e na Embraer em relação a macro zona da nossa região, nós vivemos numa saturação muito grande, isso o plano diretor não apresenta para nós, então nós temos que fazer prevalecer o nosso direito, de que forma? Da legalidade da lei, então eu aconselho vocês, faça boletim de ocorrência, você que foi notificado, seu nome tá lá, sua casa tá no ministério público para ser derrubada, vai lá no delegado, "ó delegado que fazer boletim de ocorrência" "contra quem?" "contra prefeitura" quem manda na prefeitura? É o prefeito vai lá e faz um boletim de ocorrência, nós temos que fazer o jogo mudar, se o jogo não mudar a próxima geração que não é nós, vai sofrer muito mais que nós estamos sofrendo hoje, obrigado. [aplausos]. **Rodolfo:** Obrigado Gilson, agora com palavras Aécio Ferreira. **Aécio Ferreira:** Boa noite a todos, é um prazer imenso, uma satisfação enorme de ver todos vocês aqui, os professores, a Defensoria Pública, o Jairo Salvador. Eu sou Aécio né, Aécio do bem. Eu vim da região do Freitas, eu sou presidente da Associação de Moradores da li, desde 2005 né, fazendo trabalho ali e muitas coisas têm que se fazer ali, o Doutor Jairo falou que muitas coisas aí estão a pendência de muitos anos, que é a questão da água, da Travessa da Rebeca no bairro dos Freitas, falou aqui que a regularização da Dona Nega e da Travessa, na quarta travessa, mas nós temos outras travessas que já tem benfeitoria que não foram citadas neste bairro regularizados ou não, como é que vai regularizar um bairro com apenas duas travessas só, que vai ser regularizada no universo que onde tem 12 (doze) travessa? Então isso que eu quero saber, vai tirar todo mundo vai ficar só as duas travessas lá? Então a gente tem que atentar para isso, eu quero aqui só estar fortalecendo o que eu já propus das oficinas, desde 99 (noventa e nove) eu vim fazendo esse trabalho com a população né, vem aí dos conselhos gestores, postinho saúde do FAME, então eu quero dizer para você o seguinte, estamos aí dependendo que isso daí fica no plano diretor para os 10 (dez) anos, ah tá bem..., não, a construção está bem no programa habitacional dos servidor, sabem que muitos autores não tem onde morar, também queria deixar que reforçar o que já foi falado aqui, que a gente precisa criar Hospital Veterinário urgente, com farmácia Pet nessa cidade, são muitos animais abandonado nessas estradas pela [...], por essas ruas do nosso bairro, também vi essa questão também, que vai se fazer o alongamento dos prédios, vai se ampliar questão de moradia da zona norte, como é que vai ficar as vias estrangulada, precisamos ver aí a ligação da, da Cambuí com a SP-50, para dar os afogamento total na região, eu quer dizer a todos vocês que eu estou aqui mais uma vez, reivindicando algumas coisas, que a gente tem que estar nessa luta e combatendo, fazendo combate, a gente também tem que ver que todo mundo aqui tem a parcela também de culpas, de não estar participando de outras oficinas, de outros debates que foram acalorados, não vou falar, expressar outras coisas aqui, porque tá dizendo aqui os próprios defensor público que não (....) que a maioria da população não foi contemplada, no seu êxito daquilo que projetou aqui, que propôs né, mas eu sou servidor da prefeitura há 37 anos, sou formado em gestão pública, então aqui eu quero deixar minha contribuição para todos vocês, eu sou Aécio, sou da região do Freitas, sou prefeito da Associação do

bairro dos Freitas, e a gente vai tá lutando sim, para o hospital veterinário, quero que todo mundo nos ajuda nessa [...], encampar essa luta, porque não é possível uma cidade tão grande, com orçamento gigantesco a gente não tem hospital veterinário gratuito dessa cidade, boa noite a todos. [aplausos]. **Rodolfo:** Obrigado senhor Aécio, agora com a palavra o Anderson Lopes. **Anderson Lopes:** Boa noite a todos meu nome é Anderson Lopes, sou morador da Chácara das Oliveiras, Sou mais conhecido como Mancuso aqui na região norte. Então irmãos é o seguinte, é infelizmente a gente que mora num roteamento é considerado clandestinos né, moramos ali porque não temos condições de estar morando num lugar melhor né, acredito que todos queriam estar num lugar melhor né, uma casa melhor, eu fui notificado infelizmente né pela prefeitura para que eu posso está demolindo a minha casa, eu vou demolir minha casa e vou morar aonde né, com a minha família, com meus filhos, eu lutei para ter aquele lugar ali, foi anos e anos lutando ali trabalhando de domingo a domingo para poder ter onde eu moro hoje, então é a prefeitura chega você e fala assim: " ó derruba tua casa", num é mais fácil a prefeitura chegar em mim e você e falar assim, olha cê tá precisando de alguma coisa? algum material? Pra gente te ajudar aí, aconteceu barranco, te ajudar aí na sua casa, não é mais fácil? do que está simplesmente chegando e notificando você, deixando você noite sem dormir, e falando meu Deus como é que eu vou fazer, eu não tenho condições de comprar um outro terreno, não tem condições de fazer uma outra casa né, então às vezes eu fico pensando, será que esse povo não pensa que nós temos filhos, família, será que eles não tem filhos? Não tem pai? Não tem mãe? Será que eles não pensam em nós? é isso é minha indignação né, no dia que a minha filha falou pra mim: "Pai veio uma notificação dizendo que vão derrubar nossa" Meu mundo caiu! Eu falei meu Deus e agora o que que eu vou fazer? aí eles chegam falam assim: "não a gente vai dar um aluguel para você, vai dar um aluguel de não sei quantos reais aí", ai pega a gente e manda a gente ir lá pro Pinheirinho de Palmares, aí fala que não é para construir longe, porque vai ficar longe, e eu vou ter que sair daqui na zona norte onde eu moro mais de 30 (trinta) anos aqui, o lugar que eu nasci, cresci, tenho meus amigos todos aqui, os meus filhos nasceram, estão crescendo aqui né, aí fica complicado para gente, então porque a prefeitura em vez de querer fazer outras coisas, fazer loteamentos novos, não ajuda nós aqui que estamos precisando da ajuda da prefeitura, regulariza os nossos terrenos, regulariza os nossos bairros, eu creio que vai ser muito mais vantajoso para a prefeitura, como o rapaz disse, ele quer pagar o imposto, eu também quero pagar meu imposto, eu quero ter o direito de chegar lá e pagar aqui ó eu paguei, eu posso reivindicar porque eu paguei né, eu penso assim comigo, eu não sei, eles querem melhorar outras partes mas esquece de nós aqui, nós somos seres humanos, nós temos famílias, temos filhos, temos sonhos também, e infelizmente eles tão querendo tirar nossos sonhos, eu agradeço a oportunidade, boa noite a todos! **Rodolfo:** Obrigado senhor Anderson, agora com a palavra a senhora Rita Donizete Cássia Lima. **Rita Donizete Cássia Lima**: Boa noite a todos aqui presente né, estou mais uma vez aqui né, hoje mostrando minha indignação referente a esse plano diretor porque desde o começo eu faço o possível para participar né, pra buscar reivindicar, só que, o que que acontece, é que deveria de ser uma democracia, deveria de aceitar que esse plano tinha que ser a favor da cidade, da população, está sendo só a favor da, do, da gestão praticamente, porque a gente pede é que olhe para o lado da nossa necessidade, que para vocês sai como sugestão, não sei o que que acontece, por mais que a gente bate, vai pra cima, pede, fale, por mais que a gente fale de várias formas, não entrou no plano diretor, eu não sei o que precisa acontecer para entrar no plano diretor nossa reivindicações, a sugestão quando você olha lá, tá só "a cidade tem que crescer" sim concordo, porém não olha é tem, quer levar a pessoa [...] por exemplo, vou usar o meu exemplo, da região norte pra levar lá pra região leste, sul, não é mais fácil vim com a, com a, com a técnica né, ou seja engenheiros e tudo mais, entrar nos loteamento irregulares e fazer lá um estudo, ou seja o estudo que é feito nunca tem um retorno, nunca tem um retorno, quando a gente vai pra sempre perguntar, ah ta em estudo, ta em estudo, nunca tem um fim, nunca tem um resultado, e sai tudo a favor da prefeitura, tudo que você vai pedir, um documento, isso, e aquilo, ah tá em estudo, está em análise, aí agora a gente né, com a esperança nossa, que a gente vai ter que ficar mais 10 (dez) anos com esse

plano diretor, seguiu a etapa nós estávamos lá, teve as oficinas, teve a parte da gente da[...], torno a dizer, falar necessidade da gente para vocês, entra como sugestão não entrou no plano diretor, eu acho que isso aí para mim é um pouco caso com a população principalmente eu digo como fala o meu exemplo da região norte eu acho que isso tem, deve [...], se é pra ser uma democracia por que é que não pode ouvir a população? Por que é que não pode aceitar a população? e a gente não usa só as necessidades que a gente tem não tá em cima da lei graças a Deus teve pessoas que são estudados que puder nos orientar mas mesmo assim não foi aceito, eu não sei o que que é que que o diretor, o que é para que quer que entra essas reivindicações eu gostaria que pensasse direito no que tudo que aconteceu desde o início, porque a gente não largou nossas necessidades, trabalho, isso e aquilo pra tá até uma hora dessa e não ser ouvido eu peço que pense com carinho sobre a população não somente sobre a gestão e o crescimento somente, ok obrigado. **Rodolfo:** Obrigado senhora Rita, agora com a palavra o senhor Paulo de Andrade [silencio de microfone 01:36:35] seu Paulo de Andrade? Não está presente? O próximo da lista o senhor Júlio César. **Julio Cesar:** Boa noite, Boa noite à todos, boa noite, eu quero acreditar no papel que eu estou aqui, que tá na minha mão, plano diretor a cidade que queremos está sendo construída agora, então eu vou acreditar, tem que acreditar né que está sendo construída agora, conosco aqui, com nós aqui, a comunidade pedindo, entendeu? Então eu vou começar a seguir gente, bora ouvir Cristina né, e até peço pelo plano diretor também aqui, que já pedindo diretor no plano passado, na última que teve aqui, que amplie, ampliação da escolinha EMEI Cremilda Alves de Oliveira Azevedo que fica na Vila Cristina na praça Wagner Padilha, hoje a gente precisa do quê? que coloque nesse plano diretor a ampliação dessa escolinha, falta escola, falta pré-escola, para as crianças, pensam em tudo mas a escola é importante também, então coloco para vocês aqui entendeu? E neste plano diretor também a gente tem que pensar nossa região norte, o crescimento da nossa região norte, no crescimento nossa região norte gente tá tudo [...], tá no Jornal da Folha região Norte, nós colocamos aí, eu fui e tirei foto! Parque industrial tá crescendo, cheio de prédio, o Limoeiro tá cheio de prédio, tá no Jornal! Eu coloquei, João [inaudível 01:38:40] colocamos, então estamos parado Jardim Paulista crescendo Jardim Uirá crescendo, tudo crescendo e nós aqui estamos parado gente, então tá [...] aqui nós estamos aqui hoje, vamos acreditar, eu acredito, sim que a Norte vai verticalizar, alguns pontos, alguns lugares, Claro! Estava falando com o Osmar lá, em alguns lugares, sim tal como nós temos a cerâmica Vaz, nós temos aqui na tecelagem Paraíba aqui atrás aqui lugar para ser expandido verticalizar nós temos ali aonde vai sair a rua da Luchetti, aquela área todinha pode ser construído o prédio também ali entre a Chácara, Chácara, Chácara São José, tem uma área ali que hoje é app gente, tem que virar urbano ali, então é agora esse momento que a gente tem que colocar esse momento que vem aqui reivindicar, nós temos que acreditar nisso sim, temos que acreditar, eu acredito meu pedido é isso da escolinha da Vida Cristina, da verticalização de alguns pontos da região Norte que tá parado 10 (dez) anos, são 10 (dez) anos para nós construir prédios alguns lugares que têm acesso que tem as vias estão saindo não aqui no Moto Santana precisa não, alguns lugares tá bom e que vocês olham para nossa região norte aí coloca aí pensando que todos lugares estão crescendo e aqui a, a região norte está parada, não tem trabalho, trazendo verticalização vai funcionar o comércio, vai funcionar aqui o açougue, vai vender mais a carne, a padaria, restaurante, trazer infraestrutura, então trazer tudo aqui para nossa região norte, muito obrigado você então tá bom? [aplausos] **Rodolfo:** Obrigado seu Julio César, agora com a palavra senhora Maria Moreno Melo, senhora Maria Moreno? Passar a palavra para o próximo escrito então, senhor Everaldo Viack. **Everaldo Vieck:** Boa noite a todos, meu nome é Everaldo eu não sou da região norte eu sou da do CTA, faço parte de uma cooperativa habitacional essa cooperativa foi montada em 1996 por funcionários da ADC do CTA funcionários ligados ao CTA e nós adquirimos um terreno né, uma gleba de terras ao lado do Luso Brasileiro pretendendo fazer umas Chácaras né, pra [...], era o sonho de todos esses funcionários que aderiram a essa cooperativa foram mais de 20 (vinte) anos já né 22 (vinte e dois) anos aproximadamente e a gente teve alguns percalços para conseguir o acesso até o terreno e isso complicou a nossa situação e nós estamos à envia de resolver esse problema, mas

depois de tanto tempo a lei de zoneamento alterou, muitas pessoas até desistiram, morreram né, já, já eram 170 (cento e setenta) famílias no início mas ainda temos mais de 100 (cem) pessoas participando, mas é o que a gente precisaria que a prefeitura levasse em conta é que na época do nosso projeto que foi aprovado pela Prefeitura em 2002 (dois mil e dois), era uma lei que permite a lotes de 1000 (mil) metros quadrados né, e hoje o zoneamento lá mudou para 3 (três) mil metros quadrados, então hoje a gente não tem condições de fazer a quantidade de lotes que a gente precisa para oferecer a todos os cooperados, a cooperativa deixar bem claro que é uma entidade sem fins lucrativos né, nós já arrecadamos muito dinheiro gastamos dinheiro no projeto que foi tudo aprovado não é uma coisa simples, tivemos que cumprir várias obrigações né, tanto da prefeitura como do GRAPROAB meio ambiente várias, várias coisas e nós conseguimos cumprir tudo, mas por falta do acesso né, que não era próprio, era só uma permissão de passagem, não foi permitido pela prefeitura da andamento a esse loteamento e hoje a gente tá tentando resolver ainda esse problema do acesso talvez a prefeitura pudesse nos ajudar de uma outra maneira né? Juridicamente, ou com uma doação de uma área, alguma coisa assim para gente resolver o problema do acesso, mas isso não foi feito nesses 20 (vinte) anos, então o que a gente ao menos pede, é que seja mantido aqueles 1000 (mil) metros quadrados na zona de chácara que é onde tem o nosso terreno fica ao lado do Luso Brasileiro. Muito obrigado! [aplausos] **Rodolfo:** Obrigado senhor Everaldo, nós teremos agora o último inscrito com a palavras o senhor Roberto Chagas. **Roberto Chagas:** Boa noite, boa noite pessoal aqui da prefeitura, boa noite Vereador presente Zé Dimas, boa noite a rádio FM São José sempre presente também, e parabéns a todos vocês que estão aqui nessa segunda-feira que sabe que não é fácil, eu queria aproveitar esse espaço e aproveitar a presença do vereador, foi feito uma mudança nos horários do ônibus do Jaguari que ficou muito boa, agora os ônibus Jaguari não vai até a rodoviária, para na final da Vila Dirce ficou boa sim, porque teve mais, vai ter mais linhas só ficou ruim, "calma eu vou chegar aí ", ficou ruim para alguns alunos que estão tendo que vir a pé porque os horários não estão batendo, eles estão vindo a pé do final da Vila Dirce até a Mariana, ou às vezes também até escola Ilza Ilma e a gente sabe que aquela estrada do Jaguari, o início dela ali na Vila Dirce ela é bem complicada muito tempo não é de agora, e ela precisa ser recapeada e precisa também se colocar calçada ali. UPA do Alto da Ponte a gente vem aí já é um certo tempo falando da UPA a demora na triagem e a gente sabe da importância da triagem, é na triagem que você fica sabendo o grau de risco do paciente, a triagem não pode demorar porque se o paciente for triado de amarelo ele pode evoluir, então se demora uma hora, uma hora e meia, duas horas, para passar na triagem e o amarelo é uma emergência de até 50 (cinquenta) minutos olha quanto tempo já passou, então ele pode evoluir do amarelo pro um laranja, e é muito perigoso então por isso gostaria de pedir nessa oportunidade que se desse uma atenção especial para UPA do Alto da Ponte, que se pudesse fazer algumas visitas surpresas na UPA do Alto da Ponte, essas visitas que cada um de nós fazemos que não são surpresas, são as visitas a gente faz quando fica doente né! e é quando você chega na UPA e às vezes acontece de você aguardar por muito tempo a triagem, não tenho que falar dos funcionários da UPA do Alto da Ponte que sempre nos atenderam com muito carinho, com muito respeito, mas precisam de ajuda acredito que a secretaria de saúde pode, pode ajudar bastante tá bom, boa noite, obrigado pessoal! [aplausos] **Rodolfo:** Obrigado senhor Roberto Chagas, quero alertar a todos que o momento da fala já se encerrou as inscrições para as falas já se encerraram, pedir por favor silêncio para gente concluir os nossos trabalhos, encerrada essa etapa da manifestação das pessoas presentes agora vou passar a palavra para o engenheiro Oswaldo para os comentários finais. **Oswaldo:** Bom, boa noite, eu vou tentar responder algumas indagações aqui e de maneira generalizada e alguns pessoas eu vou evidenciar, é senhor Osmar Ferreira ele perguntou sobre um plano diretor do parque da cidade e o parque da cidade ele já tem um plano diretor que foi homologado em 16 (dezesseis) de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis), ou seja ele o parque da cidade já tem um plano diretor, ele tem que ser implementado, ele tinha um plano de manejo que foi homologado como plano diretor no final do governo passado agora ele tem que ser homologado. Bom, com relação ao seu Osmar também, pelo que

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

entendi a área que ele fala da expansão urbana seria área do Banhado aí essa área para junto à via norte e essa área hoje ela tá com um controle ambiental, não seria destinada para urbanização da forma como ele solicitou. Bom, em relação à questão, as questões relacionadas à mobilidade e transportes, saúde e educação, elas estão atreladas às políticas setoriais do plano diretor e elas são desenvolvidas pelas secretarias afins, então nós vamos encaminhá-las inclusive corpo de bombeiros, que tem a ver com a questão da, da tem que passar para governança porque é uma demanda que você tem que ser discutida junto ao estado em todas as questões que envolvem saúde, educação, segurança e mobilidade nós vamos passar para as secretarias afins e a prefeitura dará devida devolutiva no site antes do ingresso na câmara do projeto de lei, a gente tem promovido as devolutivas e também haverá as devolutivas das audiências. Agora eu vou falar de maneira geral de alguns assuntos aqui, eu acho que o assunto que na verdade vem sendo mais discutido, a questão da regularização fundiária, eu até, como foi falado a lei orgânica ela foi estabelecida em 1990 (mil novecentos e noventa) nossa lei orgânica na data de 90 (noventa) realmente ela tem uma política fundiária, mas naquela ocasião não havia uma legislação federal que permite se a efetiva regularização, nós temos, nós tínhamos a lei de 79 (setenta e nove) e 6766 (meia sete, meia, meia) que é uma lei federal do parcelamento do solo 1979 (mil novecentos e setenta e nove), e que vigorou mesmo com o advento da lei orgânica e a prefeitura ela nunca teve o poder para flexibilizar parâmetros de loteamentos que tinham uma ocupação espontânea irregular, isso só foi possível muito recentemente em 2009 (dois mil e nove) com a edição de uma lei que a, que na verdade uma lei federal que fala do programa minha casa, minha vida, e atrelou a possibilidade da regularização fundiária, antes disso realmente nós não conseguimos regularizar nenhum loteamento porque o próprio cartório que é quem vai registrar e averbar os terrenos e emitir os documentos ele não aceitava porque a lei federal ela, ela, ela era restritiva, bom feito a partir da lei de 2009 (dois mil e nove) após vários estudos nós temos conseguido avançar na regularização fundiária e urbanística, porque a regularização fundiária é aquela que trata do documento e a urbanística aquela que trata da melhoria do bairro, com a drenagem, com asfalto ou como uma escola ou algo nesse sentido e a gente vem avançando desde 2009 (dois mil e nove), só que chegou de novo em 2017 (dois mil e dezessete) e a lei sofreu uma outra mudança, uma lei federal de novo e a gente de novo teve que voltar a estudar essa lei e acabou diminuindo um pouco o ímpeto da regularização, mas de qualquer forma a regularização ela tá dentro do plano diretor, tem um capítulo próprio, artigos específicos da regularização fundiária como eu mostrei no mapa, esse mapa é parte integrante onde todos os bairros estão lá listados, todos os bairros vão ser analisados na medida do possível até alguns que já estão na programação hoje, aqui acho que não tem nenhum técnico da regularização fundiária, só que existe um volume muito grande de bairros, você não consegue regularizar a todos no mesmo ano, a gente vai precisar de um tempo para fazer, e como vem sendo feito, acho que nós já regularizamos cerca de uns 27 (vinte e sete) loteamentos, desses 27 (vinte e sete) a infraestrutura de alguns já foi sanada, por exemplo Santa Maria, Santa Helena, Santa Hermínia, Primavera, esses bairros já receberam além do título, também infraestrutura, outros estão recebendo Recanto dos Eucaliptos, Porque tudo envolve um custo em orçamento por isso que é importante garantir no plano diretor a questão da regularização fundiária para ela ter verba para ter continuidade, porque ela envolve não só a questão documental, e por ser de interesse social ela não tem custo de cartório, mas ela envolve a questão de obras de infraestrutura, então você tem que custear essas obras, o plano diretor ele está estabelecendo sim uma programação para regularização, uma continuidade dela nesse aspecto. Bom, com relação à questão de estudos ambientais Moraes, eu não sou a pessoa mais indicada aqui para tá respondendo porque não está especificamente da minha área, mas a gente tem dentro da questão do plano diretor nós temos toda uma seção destinada a questão ambiental, ao meio ambiente ele aparece como estratégia, como objetivo estratégico e aparece como um capítulo setorial de políticas públicas, e vários os estudos mencionados eles já estão em andamento e esses estudos inclusive vão nortear a revisão da Lei de zoneamento da cidade o plano diretor não está revisando o zoneamento o plano diretor está determinado diretrizes para o zoneamento, será realizado o ano que vem e a gente espera que boa

Rua José de Alencar, 123 - 6º andar - Vila Santa Luzia - São José dos Campos - SP - Brasil - CEP:12.209-904
Tel.: 55 (12) 3947-8128 - e-mail: seurbs@sjc.sp.gov.br

parte dos estudos já estejam prontos para que a gente possa nortear, porque é o zoneamento estabelece o índice de ocupação dos locais né, a gente nesse momento tá estabelecendo diretrizes macros, a gente está falando de macro zona, macro zona de consolidação, macro zona de estruturação, o zoneamento é que vai determinar daí dentro dessas macro zona as áreas passíveis por uma maior ou menor ocupação, então nesse aspecto a gente, o plano diretor ainda aguarda o zoneamento para regulamentar a política e esses estudos ambientais boa parte deles vão nortear esse zoneamento na discussão do ano que vem. ("fala distante do microfone 01:53") Bom, vamos lá gente, é o que tá na política do plano, bom, com relação às questões do, da verticalização que foram, foi falado aqui em Santana nós estamos propondo a verticalização em alguns pontos de Santana dentro de uma centralidade até para requalificar e revitalizar Santana, com relação ao conselho gestor que foi questionado, o conselho gestor ele vem tratando das questões do fluxo do cronograma do plano diretor e eu queria salientar que o conselho na verdade ele é composto de 29 (vinte e nove) instituições, sendo que somente das 29 (vinte e nove), 09 (nove) são integrantes da prefeitura. **Rodolfo:** Só um minutinho Oswaldo, vou pedir para o senhor Morais fazer silencio, foi franqueada a palavra para todo mundo, pedir para todos fazerem silencio, para poder acompanhar duas ou três pessoas falando não auxiliam, isso não é uma forma cortez de seguir, foi dado a palavra para todo mundo, todo mundo pode falar, por favor vamos aguardar o engenheiro Oswaldo com a manifestação dele. **Oswaldo:** Bom, vamos lá, finalizando a seguinte a prefeitura então ela vai tá esse material todo está disponibilizado na internet, a leitura comunitária, existe um caderno de matemática que tem uma série de informações, nós não estamos inventando nenhum tipo de informação técnica toda a informação técnica que foi possível foi disponibilizada, foi elaborada o que não foi possível será desenvolvido dentro do período de vigência do plano diretor o conselho gestor tem acompanhado o fluxo sim, são 29 (vinte e nove) instituições que fazem parte somente 09 (nove) são representantes da Prefeitura, então assim a Prefeitura não está inventando informação, está trabalhando com a informação que ela tem disponível para o momento, nós temos esse plano diretor começou no governo passado a gente está, assumiu esse plano diretor, as informações estavam atrasadas e nós trabalhamos da melhor forma que podemos trabalhar eu acho que tem diretrizes para inúmeros estudos que vão ser feitos ao longo do tempo, eu acho que todas as reivindicações aqui serão analisadas e serão direcionados para secretarias e nós mesmo interinamente iremos analisar tá bom. É o que eu tinha para falar. **Rodolfo:** Seguindo a cronologia definida no decreto regulamenta o procedimento dessa audiência, é, quero informar, agradecer a presença de todos, dizer que além da última audiência que será realizada, reforçando, que além da última audiência que será realizada na quinta-feira na Casa do Idoso Centro, haverá ainda 05 (cinco) dias para possíveis apresentações de sugestões da população. Agradeço a presença de todos, desejo a todos, uma boa noite e um bom retorno aos seus lares.

Eng. Rodolfo Marcos Venâncio
Representante legal
Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade